

31 AGO 2017



Câmara de Vereadores

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM - RS

007513

30 de agosto de 2017

REQUERIMENTO nº ____/2017

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Os Vereadores que subscrevem requerem que, após os trâmites de praxe, seja apreciado o presente requerimento e, se aprovado, seja encaminhado ao Poder Executivo municipal, com cópia ao colégio Santa Teresinha:

REQUERIMENTO: que seja criado o projeto "Brincar para Incluir", dentro do qual se avalie a viabilidade de adaptação das praças públicas e dos *playgrounds* de Campo Bom para que sejam acessíveis a crianças com deficiência, conforme estudo realizado pelos alunos Daniele Zanatta Machado, Emanuelle Trott e William Flor Lemmert, do colégio Santa Teresinha de Campo Bom.

JUSTIFICATIVA: A Lei Federal nº 13.146 de 06 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", assegura que o Poder Público deve assegurar e promover os meios para as pessoas com deficiência exerçam seus direitos e liberdades fundamentais em igualdade de condições, visando à inclusão social e à cidadania.

Além disso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, foram os dois únicos atos internacionais aprovados pelo Congresso Brasil na forma do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, assumindo status de Emenda Constitucional. Em seu texto originário, nos artigos 3º, inc. IV e 5º, *Caput*, a Constituição já demonstra sua preocupação com a igualdade de todos os cidadãos, sem distinção.

Aprovado por unanimidade de


04/09/17

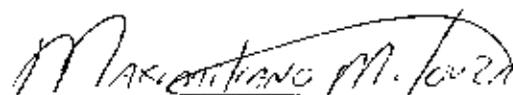
Ainda, de acordo com a pesquisa realizada pelos alunos, o assistente social Romeu Kasumi Sasaki assevera que:

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.¹

Dessa maneira, demonstra-se de grande relevância a atuação do Poder Público municipal no sentido de possibilitar às pessoas com deficiência a fruição dos bens públicos municipais em igualdade de condições com os demais, pois se trata de um direito que lhes é constitucionalmente assegurado.

Iniciativas como a dos alunos do colégio Santa Teresinha, que identificaram o problema e tiveram o altruísmo de pensar e pesquisar soluções – o que garantiu o primeiro lugar na Feira de Iniciação Científica do colégio, possibilitando a ida a CIENTEC em Lima, no Peru, para apresentação do projeto –, demonstram que nem todas as respostas partem do Poder Público, sendo necessária essa sintonia entre Estado e população para, em conjunto, serem pensadas as melhorias para a comunidade.

Atenciosamente,


Maximiliano M. de Souza
Vereador

¹ SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. APUD.: MACHADO, Daniele Zanatta; TROTT, Emanuelle; LEMMERTZ, William Flor. **Brincar para incluir**. Campo Bom, 2017. (Trabalho de pesquisa apresentado como requisito para participação na Feira de Iniciação Científica – FIC – do Colégio Santa Teresinha).

COLÉGIO SANTA TERESINHA

DANIELE ZANATTA MACHADO

EMANUELLE TROTT 941 75 23 10

WILLIAM FLOR LEMMERTZ

TURMA: 231

BRINCAR PARA INCLUIR

Campo Bom

2017

DANIELE ZANATTA MACHADO
EMANUELLE TROTT
WILLIAM FLOR LEMMERTZ
TURMA: 231

BRINCAR PARA INCLUIR

Trabalho de Pesquisa apresentado como
requisito para participação na Feira de
Iniciação Científica – FIC do Colégio
Santa Teresinha.

Orientador: Prof. Fabriela Mengue

Campo Bom
2017

RESUMO

Brincar é um ato necessário para o desenvolvimento de diversas partes da criança, tanto no lado físico, quanto no mental, usando a criatividade e o raciocínio rápido. Tendo isso em mente, cria-se a ideia de que para um crescimento saudável, todas as crianças deveriam ter acesso ao brincar, porém não é bem assim com os cadeirantes. Vimos que as crianças com deficiências físicas sofrem por falta de acessibilidade em lugares de lazer público, e por consequência não conseguem exercer o ato de brincar e ainda mais, sentem-se excluídas, por não poderem fazer o mesmo que as "outras" fazem. Para isso, montamos o nosso trabalho analisando as praças do município de Campo Bom com relação à acessibilidade. Visto que não há nenhuma praça pública com brinquedos acessíveis aos cadeirantes, criamos o nosso projeto com o objetivo final de colocar um brinquedo em pelo menos uma das praças da cidade, com a finalidade de promover a inclusão de deficientes físicos já no início da infância entre as crianças.

Palavras-chave: Inclusão. Brincar. Criança. Deficiências.

ABSTRACT

Playing is a necessary act for the development of various parts of the child, both on the physical and mental side, using creativity and quick thinking. With this in mind, the idea is then created that for healthy growth, all children should have access to play, but it doesn't happen with the wheelchair users. We have seen that children with physical disabilities suffer from lack of accessibility in places of public leisure, and consequently can not play and even more, feel excluded because they can not do the same as others do. For this, we set up our work analyzing the neighborhoods of the municipality of Campo Bom with respect to accessibility. Since there is no public square with toys accessible to wheelchair users, we set up our project with the ultimate goal of placing a toy in at least one of the squares of the city, with the goal to promote the inclusion of the physical disabilities already in early childhood between the children of the square.

Keywords: Inclusion. Play. Child. Deficiencies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 Definição do problema	6
1.2 Delimitações do Trabalho	7
1.3 Objetivos	7
1.3.1 Objetivo Geral	7
1.3.2 Objetivos Específicos	7
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	9
3 METODOLOGIA	11
4 INCLUSÃO	12
4.1 História da inclusão	12
4.2 Inclusão escolar	14
4.3 Inclusão social	15
5 ACESSIBILIDADE	17
5.1 Acessibilidade em parques de diversões	19
5.2 Acessibilidade em praças\playground	22
5.2.1 O caso de Fortaleza	22
5.2.2 Em Campo Bom	23
6 LAZER	26
6.1 Lazer e a acessibilidade	27
7 IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA CRIANÇAS	28
7.1 A brincadeira e o desenvolvimento infantil	28
7.2 A educação e o lúdico	29
8 LEIS	31
9 PROJETO	33
9.1 Quem são os usuários das pracinhas do município?	33
9.2 Quais as dificuldades enfrentadas?	33
9.3 Quais os benefícios que a praça trará?	33
10 BRINQUEDOS COM ADAPTAÇÕES	35
10.1 Balanço:	35
10.2 Vai-e-vem:	37
10.3 Gira-gira:	39
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40

REFERÊNCIAS	42
ANEXOS	43

1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta a importância do brincar para as crianças, pondo em foco crianças com deficiência física. Mostra o quanto é importante a inclusão desde a infância e como isso afeta na vida adulta.

Na infância a inclusão acontece através de brincadeiras e atividades sugeridas na escola e em momentos de lazer. Incluir é uma proposta que vem ganhando cada vez mais força em debates e discussões, mas ainda causa medo e desconforto para muitos. Este assunto perde força quando é tratado de se tornar algo praticável.

Junto com a inclusão vem a questão da acessibilidade. Já que estamos falando de crianças é necessária não só nas rampas de calçadas ou vagas especiais, mas também em brinquedos em praças e parques. Por isso pesquisamos praças com brinquedos acessíveis e parques com seus brinquedos disponíveis a todos. Em Campo Bom não tem parques fixos por isso procuramos em outras regiões do Brasil. Já nas praças que o município tem, nenhuma apresenta brinquedos inclusivos.

Os brinquedos inclusivos são importantes para que as crianças não se tornem adultos em parte preconceituosos e intolerantes. Para que seja comum desde a infância que pessoas com necessidades físicas sejam tratadas da mesma forma que qualquer outro e tenham as mesmas oportunidades no futuro, trazendo assim a inclusão de fato.

1.1 Definição do problema

De acordo com a Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência,

A acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação.

Porém mesmo com essa forma de acessibilidade, cadeirantes ainda são excluídos de grupos por sua deficiência, assim, muitas vezes sendo deixados de lados por não conseguirem realizar certas atividades. Com base nisso e presumindo que a educação inclusiva e a brincadeira devem vir desde a infância, tanto na escola

quanto em momentos de lazer, surgiu o questionamento: Como trazer a acessibilidade para os brinquedos dos parques aos portadores de necessidades físicas? Para que estes também possam se divertir e desde então ser incluídos por inteiro na sociedade.

1.2 Delimitações do Trabalho

Este trabalho traz como foco a acessibilidade das crianças especiais, as quais muitas vezes deixam de participar de variadas atividades pela falta de preparo da esfera em que pertencemos.

Tendo em vista que é muito importante trazer a brincadeira e os brinquedos ao aprendizado infantil, será explicado o desenvolvimento dos determinados objetos a favor do necessitado. Com isto será desenvolvido um projeto para a adaptação destes brinquedos até as crianças.

O trabalho e o projeto, serão direcionados exclusivamente ao município de Campo Bom, embora não se deixa de lado que será brevemente estudado outros municípios/países onde já é adaptado projeto semelhante.

O trabalho será focado em brinquedos para crianças cadeirantes que são as mais atingidas pela falta de acessibilidade. Deve-se ressaltar que não será abordado neste trabalho outras debilitações, pois para estas a adaptação exige outro complexo e diferenciado contexto.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Projetar brinquedos inclusivos para que as crianças com necessidades físicas se sintam incluídas nas brincadeiras e atividades comuns entre seus amigos e colegas.

1.3.2 Objetivos Específicos

a) Implantar projeto no município, trazendo o foco do trabalho como referencial;

- b) Analisar as necessidades físicas das crianças para que os brinquedos possam ser adaptados a elas;
- c) Incluir portadores de necessidades físicas desde a infância;
- d) Analisar as atuais condições de nosso município com a inclusão de deficientes físicos;

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo Stainback (1999), as salas de aula inclusivas a ideia de que todas as crianças devem aprender, fazer parte da vida escolar e ter direito ao lazer. A diversidade é valorizada; tem-se que tal diversidade fortalece a turma e oferece a todos os seus membros maiores oportunidades para a aprendizagem. (p. 11)

"Este processo vem provocando mudanças de paradigma, impulsionando as pessoas a conviverem com uma concepção de aprendizagem, sem restrições de qualquer ordem. Nesta perspectiva, o assumiu a política de inclusão e tem buscado, através de suas ações, apoiar a transformação do sistema educacional em sistema educacional inclusivo. (SIAULYS, 2005, p. 5)."

Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica (CNE/CEB 17/2001) cita:

"Cabe a todos, principalmente aos setores de pesquisa e às universidades, o desenvolvimento de estudos na busca de melhores recursos para auxiliar/ampliar a capacidade das pessoas com necessidades educacionais especiais de se comunicar, de se locomover e de participar de maneira, cada vez mais autônoma, do meio educacional, da vida produtiva e da vida social, exercendo assim, de maneira plena, a sua cidadania."

A Lei Federal nº 8069/90, mostra que toda criança tem o direito de brincar, mostra também que "Todas as crianças tem direito: à vida e à saúde, à liberdade, ao Respeito e à Dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura e ao lazer, à proteção ao trabalho..." (2004).

Segundo Winnicott (1975) e posteriormente citado por Souza (2008) o ato de brincar é universal, uma forma essencial e simples de viver, e é apenas no brincar que o indivíduo pode ser criativo, ou seja, o indivíduo sente a liberdade, soltando sua imaginação.

[...] afinal, o que se busca no ensino através do jogo? Aprendizagem com prazer. E onde está o prazer no jogo? Naquilo que o caracteriza: espontaneidade, improdutividade, trânsito entre a realidade externa e interna, interatividade, simbolismo constantemente recriado, desafio e instigação, mistério, imponderabilidade e surpresa. A verdadeira contribuição que o jogo dá à Educação é ensiná-la a rimar aprender com prazer. (FORTUNA, 2000, p. 7)

Assim, segundo A declaração universal do direito da criança – ONU (20/11/1959) citada por Almeida (2005) diz: "(...) A criança deve ter todas as

possibilidades de entregar-se aos jogos e às atividades recreativas, que devem ser orientadas para os fins visados pela educação; a sociedade e os poderes públicos devem esforçar-se por favorecer o gozo deste direito”.

De acordo com Sasaki (1997, p. 40),

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Kovács (1997, p. 95) ressalta sobre,

A deficiência em cada etapa do desenvolvimento: se a deficiência for adquirida na infância, pode haver alterações no processo de aprendizagem; na adolescência, podem ocorrer interferências no processo de aquisição da identidade, na busca vocacional, na redescoberta do corpo e da sexualidade; na vida adulta, podem ser afetadas as relações profissionais, eventualmente interrompendo uma carreira em ascensão, perturbando a intimidade do casal, o planejamento da gravidez e a criação dos filhos. A velhice é uma fase propensa a várias doenças, que resultam em incapacitação, que limitam a vida relacional e as atividades do cotidiano.

3 METODOLOGIA

O trabalho teve como base inicial alguns sites e livros, onde buscamos aprofundar o assunto diante das questões já analisadas, como problemáticas que dificultam o desenvolver deste tema, pesquisando para realizar o projeto de incluir as crianças em praças através de brinquedos especiais.

Tendo em vista que só entenderemos realmente este problema conversando com aqueles que o enfrentam e analisando as reais condições de nossa cidade, baseamos o principal fundamento em atividades de campo, entrevistando familiares e portadores de necessidades físicas, além de analisar as praças do município e conversar com aqueles que as coordenam.

4 INCLUSÃO

A inclusão é um tema que vem sendo mundialmente discutido nas últimas décadas, formando leis e diversas teorias, mas que a sociedade ainda deixa a desejar no sentido de efetivamente contribuir para incluir o excluído, que enfrenta diversas barreiras como o medo, preconceitos, temores, dúvidas, entre outras.

De acordo com Maria Jacinta, psicopedagoga do Colégio Santa Teresinha, junto com a inclusão deve vir a aceitação, pois só assim ela irá se estabelecer no ensino regular, sendo uma maneira diferente de aprender, em diversos aspectos.

Isso requer muito cuidado e reflexão, para que a exclusão não venha assumir o papel e substituir a inclusão. Contém um dever muito desafiador, quando é necessário que o portador não fique sobre carregado com o preconceito inicial e para que as pessoas a sua volta entendam todas as necessidades deles, mas ao mesmo tempo não os tratem com pena e diferença.

Para a APAE¹: "Incluir significa oferecer aos alunos uma escola adaptada as suas diferenças individuais, que contemple suas necessidades educativas especiais, de fato e não só na promessa ou no contexto constitucional."

Baseados em conceitos podemos ter a inclusão como uma capacidade de compreender e entender o próximo, assim podendo conviver com pessoas diferentes.

4.1 História da inclusão

A compreensão da inclusão foi sendo definido pouco a pouco, pois por não termos algo concreto foi sempre mais difícil de demonstrar as pessoas além de algumas vezes ser mal visto e interpretado pela sociedade que julgava os portadores de qualquer síndrome ou deficiência há algumas décadas, valendo ressaltar que hoje em dia a aceitação é muito maior, porém muitas pessoas ainda não estão adeptas a esta ideia.

A inclusão no desenvolver da espécie humana, passou por quatro fases diferentes, até chegar onde estamos para podermos incluir crianças especiais em ensino regular. Este é um processo lento, que teve seu início como temporário, mas que foi adquirindo novas normas e características.

¹ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

A primeira fase de acordo com Facion (2009) era a fase da exclusão, crianças com algum tipo de deficiência eram consideradas indignas de educação escolar, e muitas vezes eram abandonadas e sacrificadas pelas famílias, que não aceitavam logo que descobriam a deficiência. Na época ter filho com qualquer deficiência era sinal de vergonha.

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las.

Misés (1977, P. 14)

A segunda fase era a fase de segregação. Começou no século XX, onde as crianças com necessidades especiais eram atendidas em grandes instituições separadas das outras (as consideradas "normais"), essas instituições ofereciam diferentes programas, com técnicos e especialistas.

Logo em seguida temos a fase da integração que esteve presente entre o final da década de 1960 e o início de 1970, neste período, as crianças começaram a ser incluídas em escolas regulares, tendo menos restrições, porém nesta fase as crianças deviam se adaptar a escola, e não o oposto.

Em 1980 teve o início da quarta e última fase, nomeada fase da inclusão. Esta fase reforçou a compreensão e atenção das crianças com necessidades, buscando aumentar o crescimento humano, e mostrando que essas crianças teriam tantas possibilidades quanto às outras para aprender além de conquistar suas autonomias.

De todo o modo, diversas vantagens se oferecem para o deficiente ao passar das mãos do inquisidor às mãos do médico. Passamos pelas instituições residenciais no século XIX e as classes especiais no século XX, os médicos passaram a dedicar-se ao estudo desses seres diferente – os deficientes, como eram chamados.

Bianchetti et al. (1998, p.45)

No mesmo momento em que esta fase vem com grande repercussão, surgem lutas pelos direitos humanos, as quais tiveram seus interesses na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, quando as pessoas com deficiências passaram a ter seus direitos garantidos como qualquer outro cidadão.

4.2 Inclusão escolar

A inclusão escolar é uma nova possibilidade que vem para melhorar o método escolar, tendo em vista aprendizagens multiplicadas, onde todos irão aprender com o portador que com um básico auxílio irá aprender igualmente com todos a sua volta, sabendo ainda que é direito do portador ter a educação e cabe à escola se adaptar ao mesmo.

Para Bueno (1993), a educação inclusiva tem feito duplo papel, o fato de complementar a educação regular, buscando a democratização do ensino, de acordo com as necessidades a cada parte da população que na maioria das vezes não aproveita desses mesmos benefícios; e responde ao processo da separação, justificando as seletivas das escolas regulares do nosso país.

Os portadores de necessidades especiais levam mais tempo para se desenvolverem e, portanto, precisam de um currículo diferenciado, são pessoas que tem um perfil de aprendizagem específico com pontos fortes e fracos, e quando este perfil é de conhecimento dos educadores torna-se mais fácil planejar um trabalho que possa dar o resultado esperado.

Falar de necessidades educacionais especiais implica enfatizar aquilo que a escola pode fazer para compensar as dificuldades do/a aluno/a, já que, neste enfoque, entende-se que as dificuldades para aprender têm um caráter interativo e dependem não apenas das limitações dos/as alunos/as, mas também da condição educacional que lhe é oferecida.

UNESCO² (1994 p. 40)

Os portadores das síndromes precisam aprender muito nas escolas regulares, porém elas têm pouco para oferecer, quando tratamos de materiais didáticos para estes. Contudo as escolas especializadas investem muito mais, assim quando os pais pensam na escolaridade de seus filhos, eles devem avaliar as habilidades e interesses, assim como as outras crianças ditas "normais", acabando por preferir estas que possuem mais preparo.

Há diversos motivos para ser implantada a inclusão nas escolas, motivos os quais irão muitas vezes evoluir o comportamento desses portadores, mostrando desde o início que todos são iguais e tem a mesma importância.

² Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Não temos condições de afirmar o quanto uma criança pode ou não aprender. O importante é que os professores entendam que existem diferenças individuais entre quaisquer crianças, existem preferências e ritmos de aprendizagem, e tudo isto deve ser levado em consideração e ser respeitado no momento da organização de ações educativas. Estas precisam estar ajustadas às necessidades educacionais do alunos, sem que os conteúdos acadêmicos sejam prejudicados. (MELLI, in: MANTOAN, 2001, p. 24)

Diversas pesquisas avaliam que crianças que convivem em ambientes inclusivos se desenvolvem melhor futuramente, tenha ela alguma deficiência ou não. Esse convívio muitas vezes auxilia o portador por ter um modelo da mesma faixa etária, e ao outro por ter um modelo de amor, carinho e amizade, sabendo que não há necessidade da relevância das diferenças.

4.3 Inclusão social

A inclusão é um movimento mundial na luta de pessoas com alguma deficiência e seus familiares buscando os seus direitos em um lugar na sociedade. O termo inclusão de imediato nos remete para a exclusão, são palavras com significados opostos, mas que vivem lado a lado.

O primeiro emprego aponta para a transição da fase da infância para a fase adulta. Porém muitas vezes temos muitas barreiras que dificultam essas passagens com pleno sucesso. Com os portadores de diversas síndromes não é diferente, eles enfrentam a dúvida e o preconceito dos outros por duvidarem de suas habilidades e capacidade.

Quando esses portadores não trabalham, não tem os seus deveres, tem tendências a ter depressão, por se sentir incapaz em uma sociedade tão ampla com áreas de trabalhos tão extensas com ramos a seguir. Porém com a oportunidade de trabalho, esses portadores desenvolvem diferentes habilidades como cognitivas, mecânicas e de adaptação a diferentes situações, inclusive na vida pessoal.

Reconhecer-se no seu ramo de trabalho, faz com que os portadores se sintam comprometidos, importantes. Na maioria das vezes, a própria família se surpreende com o avanço do profissional dos mesmos.

O artigo 27 da ONU³, busca a igualdade entre todos os trabalhadores independentemente de ter alguma deficiência, síndrome ou qualquer outra diferença. Países como o Brasil, buscam uma legislação a favor da inclusão trabalhista através de cotas ou de contribuições de empresas diversas.

É importante ressaltarmos que para que esta inclusão tenha sucesso é fundamental que a família esteja sempre a apoiar os portadores. Além de que o governo precisa exercer o seu papel, assim como as empresas.

Por falta de expectativas em relação a sua capacidade e de um futuro, muitos jovens e adultos não foram apresentados ao mercado de trabalho, portanto eles ainda não estão adaptados a algumas coisas que podem vir a ser essenciais no âmbito. Isso não quer dizer que eles estejam incapacitados, eles precisam apenas de algumas explicações e de uma adaptação inclusiva.

O ministério do trabalho estabeleceu a obrigatoriedade das empresas de grande porte, possuir uma cota de pessoas com deficiências no seu quadro de funcionários. Lei de cotas (art. 93 da Lei nº 8.213/91).

I – de 100 a 200 empregados	2%
II – de 201 a 500	3%
III – de 501 a 1.000	4%
IV – de 1.001 em diante	5%

³ Organização das Nações Unidas

5 ACESSIBILIDADE

De acordo com a Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

A acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e na comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo.

A acessibilidade a inclusão deve estar presente em diversas áreas de nossa utilização, seja atividades, serviços ou produtos. Isto traz a maior independência daquele que necessita a utilização de qualquer dos fatores, caminhando para a adaptação e aceitação destes na sociedade.

Tal assunto ainda encontra muitas dificuldades em seu decorrer, tanto para a sociedade, quanto e principalmente para o portador. Existem leis e projetos que desenvolvem a acessibilidade, porém estes esbarram em três principais fatores: a ignorância, o preconceito e o medo.

É dever de todo e qualquer pessoa cidadã estabelecer as condições para que o próximo se sinta incluído na sociedade. Isto se refere a compreensão de que o necessitado precisa da colaboração de todos, ao cumprir leis que os favorecem para que consigam entrar de fato na sociedade.

Por mais que a deficiência ainda seja tratada como descaso por muitos, obteve grandes avanços. Segundo o Instituto Novo Ser.: "No Brasil, o resultado do CENSO 2009 realizado pelo IBGE⁴ mostra que a população brasileira é de 170 milhões de habitantes, dos quais 25 milhões, isto é, 14.5%, são de pessoas com algum tipo de deficiência e sabemos que, 750 mil (3%) estão sendo atendidas em programas precariamente subvencionados pelo governo."

Após 1981, Ano internacional do deficiente físico, a ABNT⁵ juntamente com um grupo de pessoas que atuavam na área de atenção a pessoa com deficiência (PPD) elaboraram a primeira norma Técnica. A partir destes conceitos foram criadas outras leis e normas.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

⁵ Associação Brasileira de Normas Técnicas

A tabela a seguir mostra alguns conceitos definidos.

Mobiliário Urbano	Todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados. São exemplos de mobiliário urbano, telefones públicos, caixas de correios, bancas de jornal, semáforos e outros.
Equipamentos Urbanos	Todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinada a prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados. São exemplos de equipamento urbano: ginásio de esportes, clubes, escolas, praças, parques, auditórios, estacionamentos e outros.
Acessível	Espaço, edificação, mobiliário ou elemento que possa ser alcançado, visitado ou utilizado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com deficiência. A palavra acessível é usada tanto para a acessibilidade física, como na comunicação e sinalização.
Barreira Ambiental	Arquitetônica Aquele que causa impedimento da acessibilidade,

	natural ou resultante de implantações arquitetônicas ou urbanísticas.
Ser acessível	A condição que cumpre um ambiente, espaço ou objeto para ser utilizado por todas as pessoas. Esta condição é um direito universal, pois a referência a todas as pessoas no plural, se associa a uma realidade essencial: a diversidade característica do ser humano.
Desenho universal	Aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população. E tem por base a ideia de produtos e espaços que atendam a toda uma gama de capacidades e habilidades.

5.1 Acessibilidade em parques de diversões

Parques de diversão são grandes responsáveis por encantar e, como o próprio nome afirma divertir as crianças de todas as idades. Foi pensando na diversão de todos e na acessibilidade (em brinquedos, acessos a enfermarias, lanchonetes entre outros espaços) para quem necessita, que o ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a lei 11.982. Esta visa o direito das crianças com necessidades físicas a acessibilidade nas dependências dos parques e playgrounds.

No Brasil, a situação dos parques de diversão é muito precária. Não apenas em relação a acessibilidade, mas em todas as circunstâncias, como falta de manutenção e brinquedos antigos que já deveriam ter sido descartados e trocados por outros mais modernos e com isso mais seguros.

O único parque do país que havia brinquedos que proviam de espaço para crianças com deficiências físicas era o "Mundo da Xuxa" que se localizava em São Paulo. Este encerrou suas atividades dia 28 de fevereiro de 2015.

Para analisarmos a acessibilidade em parques de diversões, o grupo fez contato com parques da região. Analisamos que a maioria dos parques possuem apenas a acessibilidade para chegar e se locomover no local, mas não para a utilização dos brinquedos.

A tabela a seguir mostra a resposta obtida nos parques contatados.

Parque	Contato	Resposta
Beto Carreiro	E-mail enviado	Não obtivemos respostas.
Acqua Lokos	(51) 3625-2992	Feito contato Mariele. Disse que nos toboáguas não é permitido, mas que já receberam diversos cadeirantes que ficaram na área da piscina ou fazendo um passeio a cavalo com ajuda dos funcionários.
Beach Park	E-mail enviado	Não obtivemos respostas.
Parque Martins	(51) 3597-3219	Feito contato com Ronaldo. Disse que está faltando banheiro para cadeirantes, querem fazer um projeto pra isso. Comentou que por ter muita área verde no parque, fica meio

		<p>inviável a locomoção dos cadeirantes, mas ele recebe crianças com outras necessidades especiais, como as do Projeto Criança Cidadã. Disse que se precisarmos de mais alguma informação ou se quiséssemos participar do projeto do banheiro, era só entrar em contato com ele.</p>
Megazone	(51) 3242-0076	<p>Feito contato com Nelânia. Não tem nenhuma atração específica para cadeirantes, mas crianças com necessidades normalmente jogam os fliperamas e outros jogos que dá pra jogar só com a mão.</p>
Parque Tupã	E-mail enviado	Não obtivemos respostas.
Hopi Hari	E-mail enviado	Não obtivemos respostas.
Marina Park	(51) 3625-3049	<p>Feito contato com Grazi. Disse que não tem uma estrutura</p>

		especifica para colocar cadeirantes no parque, mas poderiam brincar nas piscinas.
--	--	---

5.2 Acessibilidade em praças\playground

De acordo com o último Censo do IBGE 23,9% da população brasileira possui alguma deficiência, tais como visual, auditiva, motora, e mental ou intelectual, ou seja, 45 milhões de brasileiros são deficientes. Essa informação faz com que os cidadãos "normais" se preocupem mais com essa parte, pois são números altos, motivando então as pessoas a realizarem ações para ajudar, como por exemplo melhorias na acessibilidade.

Para termos total acessibilidade em uma praça pública, é preciso que todo o caminho até o brinquedo seja acessível, desde a entrada na praça, com uma rampa de acesso, passando pelo tipo de solo e as condições deste na área utilizada, que deve ser adequado para a locomoção, até o brinquedo em si. Todo o caminho deve, portanto, respeitar o tamanho de uma cadeira de rodas, que normalmente é 0,8m por 1,2m.

5.2.1 O caso de Fortaleza

Um caso de pouca repercussão e muita importância, foi quando alunos do curso superior de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC), elaboraram um projeto para mostrar a importância da acessibilidade. O grupo começou escolhendo quatro bairros, sendo o Bairro de Fátima, o Benfica, o Centro e o Bairro de Aldeota, onde há grande circulação de pedestres e por terem um espaço bem amplo, sendo então essas áreas mais visadas para a implantação da acessibilidade dos deficientes físicos.

Foi feita uma análise presencial onde foram observadas calçadas desreguladas, com desníveis nas rampas, larguras e inclinação incorreta, dificultando o acesso de deficientes.

A partir desta análise, o grupo observou que 75% das praças possuem entradas, porém nenhuma delas está adequada às regras legais, como as entradas inclinadas e os pisos táteis.

Por fim, viram que a fiscalização de Fortaleza apresenta falha nos seus projetos e na conclusão correta dos mesmos.

5.2.2 Em Campo Bom

No município de Campo Bom, analisamos que a maioria das praças públicas possuem acesso para os cadeirantes, porém poucas proporcionam facilidade de locomoção e nenhuma delas tem algum tipo de brinquedo adequado aos deficientes físicos.

As praças dessa cidade possuem atualmente mais barreiras, que limitam a liberdade dos cadeirantes, do que acessos, que possibilitam a sua locomoção. Nos lugares analisados temos como a principal barreira o tipo de solo, que na grande maioria é grama, cascalho ou areia e a inclinação da rampa de entrada, que na maioria é incorreta.

O primeiro local analisado foi o Parque Arno Kunz⁶. Observamos que em relação à entrada, há rampas ligadas à ciclovia, que possibilitam a passagem de uma cadeira de rodas. Porém, o caminho até a praça possui obstáculos, como a grama, que é o espaço entre a ciclovia e a praçinha, e por último a areia, que é o solo da praça.



Fonte: autor



Fonte: autor

⁶ Conhecido popularmente como Parcão

A segunda praça analisada foi a praça do Largo Irmãos Vetter. Visto que essa possui acesso para cadeirantes, desde a entrada até a área dos brinquedos. Porém, boa parte do solo está quebrado, dificultando a movimentação.



Fonte: autor

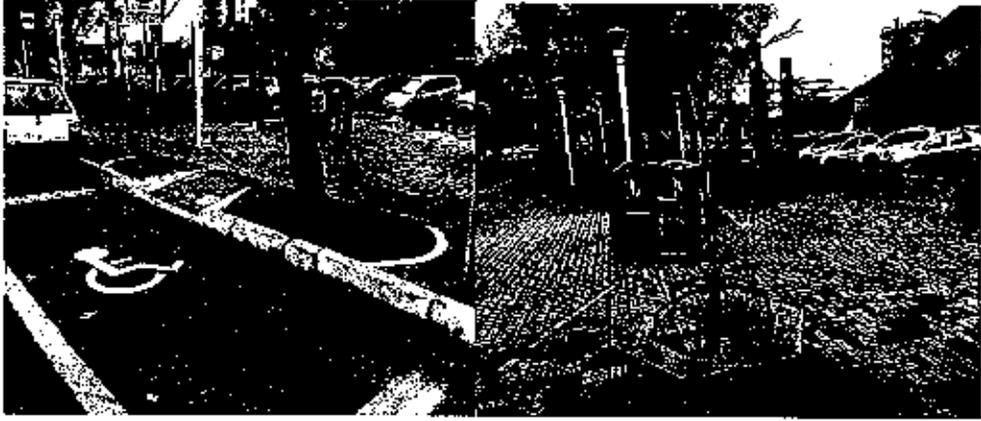


Fonte: autor



Fonte: autor

E por último, analisamos a Praça da Biblioteca pública municipal Dr. Liberato. Essa possui uma entrada especial para cadeirantes, com solo antiderrapante e uma vaga de estacionamento especial no local, dando mais espaço para a movimentação e entrada deste.



Fonte: autor

Fonte: autor

6 LAZER

São vários os conceitos existentes para o lazer, cada autor e literatura interpreta de alguma forma diferente e remete o seu surgimento a determinado local e época. Contudo o lazer é junções de atividades que promovem o bem-estar das pessoas.

A maioria dos estudos nessa área tem como referência o conceito proposto por Dumazedier:

Assim o lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregarse de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. Dumazedier (1980, p,34)

O conceito do autor é muito importante, pois vários escritores brasileiros se baseiam no contexto deste para formular os seus próprios. Assim, Requiça (1980, p. 35) define lazer como "uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social".

A origem do lazer é acompanhada com o surgimento da modernização e urbanização, de acordo com a partilha o trabalho e o surgimento da revolução industrial, aonde surgiam máquinas que rendiam mais que os operários e estes possuíam então menos tempo de trabalho.

Para Marcellino (2004, P- 14):

A gestação do fenômeno lazer, como esfera própria e concreta, dá-se, paradoxalmente, a partir da Revolução Industrial, com os avanços tecnológicos que acentuam a divisão do trabalho e a alienação do homem do seu processo e do seu produto. O lazer é resultado dessa nova situação histórica- o processo tecnológico, que permitiu maior produtividade com menos tempo de trabalho. Nesse aspecto, surge como resposta a reivindicações sociais pela distribuição do tempo liberado do trabalho, ainda que, num primeiro momento, essa partilha fosse encarada apenas como descanso, ou seja, recuperação da força de trabalho.

Com o tempo livre que as pessoas possuíam elas começam a valorizar e admirar coisas em sua volta que antes não tinham tempo para perceber, começam a valorizar a natureza, as relações humanas e até a si próprio.

A partir disto o lazer começa a surgir e está cada vez mais presente, sendo considerado por normas oficiais como necessidade de todas pessoas.

6.1 Lazer e a acessibilidade

De acordo com a Constituição Federal, o lazer é tão essencial, quanto a saúde e a educação. Definindo este como:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

(Dumazedier, 1976, p.12)

O lazer na vida de uma pessoa com deficiência é tão importante, quanto na vida de qualquer pessoa, o ato de frequentar lugares que possibilitam o bem-estar é essencial na vida de todos. Entretanto as pessoas, acostumadas a ter a capacidade de ir e vir sem necessitar de uma cadeira de roda ou de ajuda de outros, acabam desconsiderando e deixando de lado as formas com que estes necessitados vão vir a usufruir deste lazer.

A acessibilidade não é o único motivo para a dificuldade de lazer dos portadores de necessidades especiais. Algo que se sobressai é o preconceito. Os deficientes são considerados "coitados", e quando isto acontece acaba sendo estabelecida uma relação de hierarquia social, aonde estes ficam a margem.

Quando se trata de pessoas com algum tipo de necessidade especial, podemos observar que na maioria das vezes acabam sendo ligadas apenas com as suas dificuldades. Isso faz com que as próprias se voltem só para a saúde e educação e não desfrutem do lazer. Contudo sentimentos relacionados a este, como a diversão e alegria, são deixados de lado.

No entanto devemos considerar sim o fator da deficiência, mas apenas para adaptar o meio para a utilização e a partir disto ocasionar a inclusão e não a exclusão destes portadores. Este lazer considerado por muitos da sociedade como algo desnecessário é na verdade uma ferramenta de fundamental importância para a ligação da inclusão.

7 IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA CRIANÇAS

Para a criança, a hora de brincar além de diversão é um momento para que ela desenvolva seus sentidos e conheça o mundo a sua volta. É através de brincadeiras que ela experimenta novas possibilidades, relações sociais, organiza suas emoções e forma sua autonomia. A brincadeira em grupo beneficia princípios como a cooperação, liderança e a compartilhar.

Por meio de jogos que a criança pode aprender a respeitar regras, a ganhar e perder e testa suas habilidades físicas. Também favorece a aprendizagem da linguagem e destreza motora. Jogar é uma forma da criança se expressar, demonstrar prazeres e desprazeres. Assim a hora da brincadeira acaba se tornando a linguagem dela.

7.1 A brincadeira e o desenvolvimento infantil

Brincar é essencial para o desenvolvimento infantil. Através do lúdico, ela desenvolverá capacidades importantes como a memória e a imaginação. A brincadeira pode também ajuda-los a explorar a cultura na qual estão inseridas. Além de estimular a autonomia traz conhecimento e concentração. Quando uma criança está brincando ela transforma o mundo a sua volta usando a imaginação, assim conseguindo se comunicar de uma forma que vai além das palavras.

Os jogos utilizados pelas mesmas trazem uma reinvenção da realidade, ou seja, tais jogos se assemelham com a realidade adulta, mas de uma forma mais lúdica e descompromissada. Fazendo com que a criança aprenda a fazer escolhas e respeitar as regras sem sofrer impacto ou pressões, diminuindo o sentimento de impotência da criança. Os empecilhos encontrados ao longo das brincadeiras levam a criança a procurar alternativas para resolução deles. Assim fazendo com que ela desenvolva o senso crítico.

Para Vygotsky (1998), a imaginação surge originalmente da ação. A situação imaginária de qualquer brincar está inculcada de normas de comportamento. Dessa forma, é possível concluir que não existe brinquedo sem regras, mesmo que não sejam as regras estabelecidas, o brincar está envolvido em regras da sociedade.

O desenvolvimento motor acontece nas brincadeiras mais físicas como jogar bola ou correr, estas atividades estimulam tanto a capacidade de atenção quanto contribuem para que a criança fique mais relaxada e calma.

É importante que uma criança tenha um espaço no seu dia para brincadeiras em um ambiente propício para estimular sua atividade lúdica.

7.2 A educação e o lúdico

Na educação em geral, o brincar permite através do lúdico despontar de forma dinâmica a aprendizagem, pois através deste, na prática educacional promove-se a alfabetização e traz característica do conhecimento do mundo. O brincar promove rendimento escolar além da oralidade e do pensamento. Para os professores é essencial compreender a importância do brincar para que eles possam inserir o lúdico no aprendizado sem tirar o prazer que as brincadeiras proporcionam. Jogos e brinquedos na prática pedagógica ajudam a desenvolver diferentes sentidos na criança que contribuem para a aprendizagem e ajudam ela a compreender a sociedade na qual está inserida.

Vygotsky (1998) fala que a criança experimenta a subordinação às regras ao renunciar a algo que deseja, e é essa renúncia de agir sob impulsos imediatos que mediará o alcance do prazer na brincadeira.

O educador poderá fazer o uso de jogos, brincadeiras, histórias e outros, para que de forma lúdica a criança seja desafiada a pensar e resolver situações problemáticas, para que imite e recrie regras utilizadas pelo adulto.

A brincadeira auxilia a criança no processo de educação de forma que mostra situações imaginárias o que futuramente facilitará a interação no meio onde vive. A utilização do lúdico em práticas pedagógicas contribui não só para ensino básico mas também para o cultural.

As atividades lúdicas não apenas relaxam a criança como também a preparam para a vida física e social. Sendo assim, a brincadeira é uma peça importante na formação, na construção de conhecimento e na composição da personalidade.

Segundo Vygotsky (1998) os jogos se tornam uma importante ponte entre a infância e a vida adulta. Ele ainda afirma que graças a imaginação, os jogos transformam a criança. Assim seu uso, pela totalidade lúdica, oferece a criança a oportunidade de utilizar a criatividade e o domínio de si.

É de extrema importância a participação dos professores nas atividades, propondo novos desafios e fazendo com que sua turma encontre, em grupo, diferentes soluções. Isso faz com que a interação social do grupo seja cada vez mais fortalecida, o que é indispensável para a boa aprendizagem e convivência. Neste processo o educador é uma peça essencial, sua função é não só mostrar todas as possibilidades a ser seguidas, mas ajudar a criança a tomar consciência de e de um todo. O professor deve mostrar flexibilidade para que a criança possa escolher as opções que se identifica, assim a auxiliando neste caminho.

Além da construção de conhecimento, o afeto é essencial para que a criança se sinta confortável e próxima ao educador. Este tem como objetivo tornar as aulas mais alegres com a ajuda do lúdico. O afeto pode ser uma maneira eficaz de fazer com que o aluno aprenda brincando, a relação entre a criança e o professor é fundamental para que qualquer momento de brincadeira se torne mais leve e assim facilite a educação.

Assim a ludicidade vem ganhando cada vez mais espaço na educação infantil, ela permite o fortalecimento entre a pedagogia e a infância permitindo maior desenvolvimento intelectual e produção de conhecimento da criança. A função lúdica e educativa proporciona prazer e potencializa a construção de ideias, o que é fundamental para crianças com qualquer idade, enfatizando a educação infantil.

8 LEIS

Existem várias leis que beneficiam a inclusão ao lazer para os portadores de qualquer tipo de deficiência. Entretanto, sabemos que na maioria das vezes não são respeitadas, ou por falta de interesse em ajudar o próximo, pela falta de recursos financeiros ou ainda por muitos não conhecerem as leis.

Neste capítulo do trabalho apresentamos algumas leis essenciais para a inclusão de cadeirantes.

De acordo com o Decreto N. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei N. 7.853, de 24 de outubro de 1989, foram selecionados os artigos que mais dizem respeito à inclusão de cadeirantes nas praças públicas:

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Art. 5º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em consonância com o Programa Nacional de Direitos Humanos, obedecerá aos seguintes princípios;

I - desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto sócio-econômico e cultural;

II - estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico; e

III - respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

I - o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade;

II - integração das ações dos órgãos e das entidades públicos e privados nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, edificação pública, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social;

III - desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais da pessoa portadora de deficiência;

IV - formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência; e

V - garantia da efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de inclusão social.

Art. 48. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, promotores ou financiadores de atividades desportivas e de lazer, devem concorrer técnica e financeiramente para obtenção dos objetivos deste Decreto.

Parágrafo único. Serão prioritariamente apoiadas a manifestação desportiva de rendimento e a educacional, compreendendo as atividades de:

I - desenvolvimento de recursos humanos especializados;

II - promoção de competições desportivas internacionais, nacionais, estaduais e locais;

III - pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, documentação e informação; e

IV - construção, ampliação, recuperação e adaptação de instalações desportivas e de lazer.

9 PROJETO

Diante de todo o trabalho, vimos que existem leis para a acessibilidade, enfatizando o lazer, tendo em vista que é algo de extrema importância para todos. Porém muitas leis não são respeitadas e assim os deficientes físicos não podem usufruir do lazer tanto quanto as outras pessoas.

Sabemos que não podemos transformar e ensinar todas as pessoas a dar a importância que estes merecem, e mostra-las o valor deste lazer, porém podemos tentar fazer algo com que mobilize ao menos uma parte de nosso município.

Assim o grupo concluiu que seria de extrema importância ao trabalho a criação de um projeto que conseguisse mostrar um pouco de nossa preocupação ajudando aos portadores e ao mesmo tempo a inclusão. Tendo em vista que a inclusão colabora a aqueles que não possuem deficiências também.

O projeto consiste na criação e implantação de brinquedos para cadeirantes em praça de nosso município. Será apresentado a responsáveis pelos cuidados das praças e playgrounds, para uma possível inserção destes brinquedos nos lugares devidos.

9.1 Quem são os usuários das pracinhas do município?

A praça é bastante frequentada, principalmente se analisarmos aos finais de semana, aonde famílias juntamente com suas crianças vão aos locais para aproveitarem os seus dias; além disto na realização de diversos eventos que o município proporciona as crianças sempre estão presentes.

9.2 Quais as dificuldades enfrentadas?

Com tantas crianças nas praças brincando, dificilmente veremos algum cadeirante participando deste momento com as demais crianças, pois não possui algum espaço adaptado para estes, onde possam se integrar aos demais sem correr risco de se machucarem.

9.3 Quais os benefícios que a praça trará?

Sabemos que a brincadeira é essencial na vida de qualquer criança, pois é o momento onde podem ser quem quiser, e ao mesmo tempo aprender com os fatores. Diante de uma praça inclusiva, aonde haverá a mistura de crianças com algum de deficiência com as demais, haverá a implantação da ideia da inclusão nas crianças desde o início, fazendo com que a praça não seja benéfica só para o portador, mas para todas as crianças que se permitirem participar do momento.

10 BRINQUEDOS COM ADAPTAÇÕES

Nesta parte do projeto analisamos brinquedos já existentes para termos exemplos dos diversos tipos.

10.1 Balanço:



Fonte: http://gold-mark.pl/pl/catalogue/product/64/hustawka_dla_oob_niepełnosprawnych



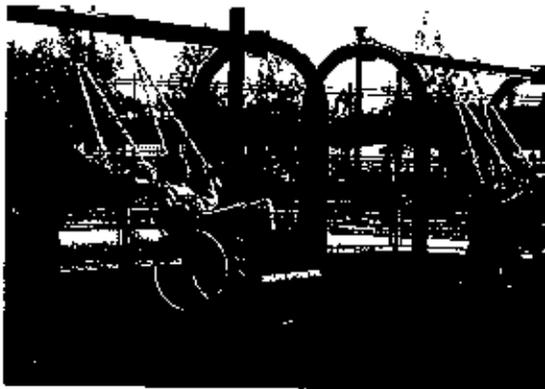
<http://www.acessibilidadenapratica.com.br/avaliacoes-e-visitas/parque-infantil-adaptado-de-campo-grande/>



<http://www.ma.gov.br/politicas-publicas-e-acoes-afirmativas-do-governo-melhoram-qualidade-de-vida-da-pessoa-com-deficiencia-no-maranhao/>

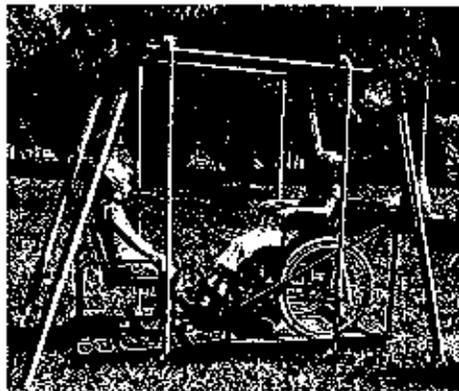


<http://www.lmc.org.br/?p=3943>



<https://camilabuenodesign.wordpress.com/2012/06/20/balanco-para-cadeirantes/>

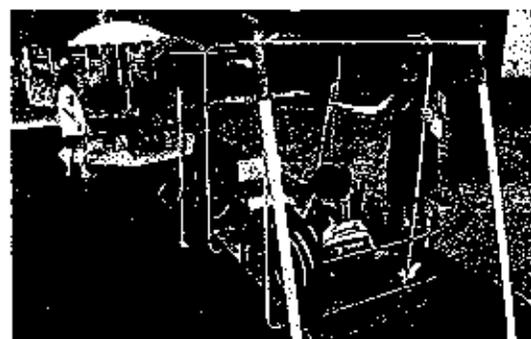
10.2 Vai-e-vem:



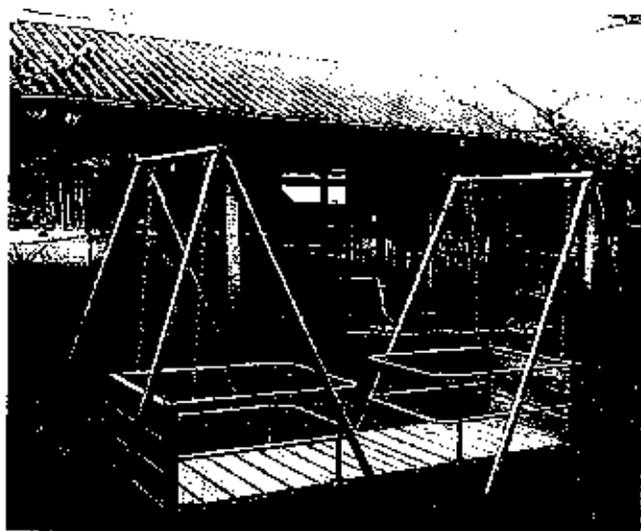
<http://rotadasnoticias.com.br/julio-cesar-propoe-lei-que-determina-brinquedos-adaptados-ao-uso-de-criancas-com-deficiencia-em-parques-e-areas-de-lazer/>



<http://www.tvcentroeste.com.br/aprovado-em-primeira-votacao-projeto-que-preve-brinquedos-adaptados-para-pessoas-com-deficiencia/>

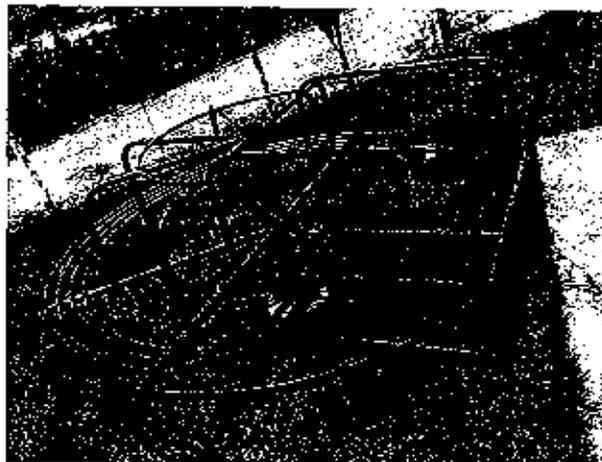


<http://www.diariodosc campos.com.br/cidades/2015/03/parquinhos-deverao-destinar-20-dos-brinquedos-para-criancas-com-deficiencia/1295176/>

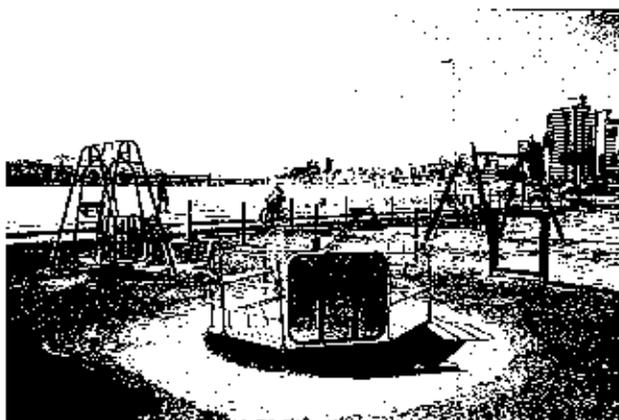


<http://animamixbrinquedos.blogspot.com.br/2013/08/brinquedos-de-ferro-para-cadeirantes.html>

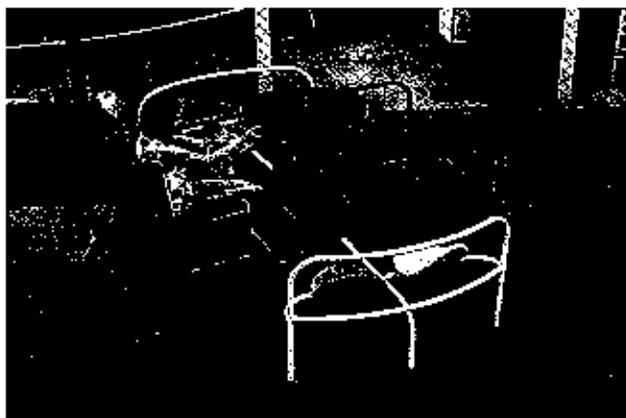
10.3 Gira-gira:



<http://www.selvaequipamentos.com.br/v01/vendas/2-uncategorised/91-giracad.html>



<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=16472>



<http://www.amparedf.org.br/projeto-para-adaptar-parquinhos-para-criancas-com-deficiencia-agrada>

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é um assunto muito polêmico que vem gerando muitas discussões atualmente. Para que esta funcione, necessita do fortalecimento de muitos pilares que a envolvem, principalmente o fim do preconceito existente, afastando-nos da exclusão.

Uma das maneiras de trazer o respectivo assunto a nossa convivência, é inseri-la desde suas raízes na infância, pois quando as crianças começam a conviver e criar laços com os portadores de necessidades especiais, deixam de lado o preconceito.

Contudo a melhor maneira de inserir a inclusão na infância é por meio de parques, praças e playgrounds, ou seja, momentos de lazer. Nestes momentos a criança irá se envolver na brincadeira e não se preocupará com as diferenças, levando isto posteriormente para a esfera social.

Além da importância do lazer na inclusão, leva-se em conta os sentimentos dos portadores, quando muitos não podem desfrutar de parques e praças, pois não possuem brinquedos para a acessibilidade. Com isso uma criança cresce sem saber o gosto e o valor de andar em um balanço ou a liberdade de escorregar em um escorregador.

Para trazer esta criança para a sociedade é fundamental que ela desfrute das mesmas coisas que aquelas que não possuem nenhuma dificuldade, visto que possui leis que circulam neste âmbito, mas muitas vezes não são cumpridas pela sociedade.

Muitas pessoas por não terem nenhuma deficiência, ou por não terem nenhuma pessoa que apresenta esse quadro na família, acabam ignorando que estas precisam de auxílio e que possuem a mesma importância que cada um de nós. Isso é algo que deve ser mudado para que as crianças sejam realmente incluídas tendo seus direitos e deveres.

Quando se para para pensar essas crianças portadores de necessidades especiais tem muito mais a contribuir com a gente do que nós com elas, são seres repletos de amor, felicidade e valores realmente significantes em um mundo onde as

peças estão envolvidas apenas com tristezas e bens materiais. Assim concluímos este trabalho com uma citação de Lurdinei de Souza Lines Coelho:

Inclusão é dar ao próximo amor, ensinar e aprender com ele, partilhar o que se tem e o que se pode ter, trilhar junto, sem discriminá-lo e sim estimulando para que o seu melhor aflore. A criança nasce perfeita e não tem a malícia ou maldade de discriminar, julgar e afastar o próximo, ela pergunta porque quer saber o porquê da diferença, mas não a vê como contagiosa ou problema, não a vê como incapaz, ela a aceita e a ama. O adulto é quem deturpa o olhar de suas crianças. Ensine e aprenda com a criança a amar com palavras e atitudes.

REFERÊNCIAS

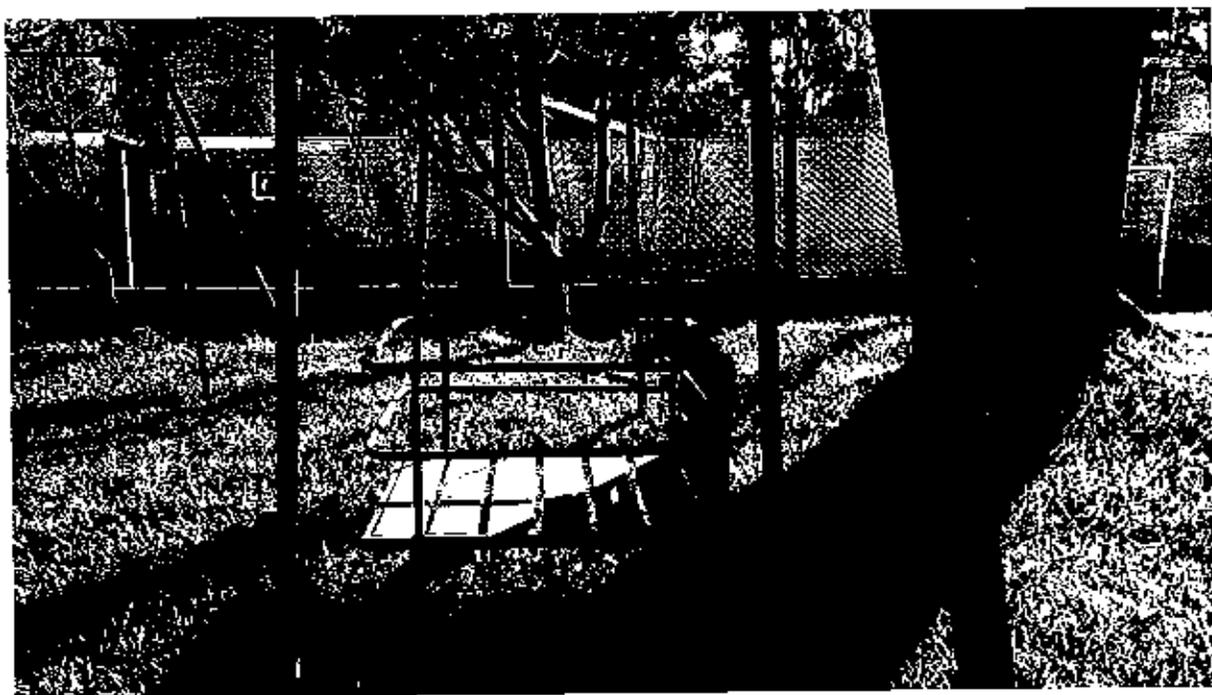
- ALMEIDA, M. T. P. **O Brincar na Educação Infantil**. Revista Virtual EFArtigos. Natal/RN- volume 03- número 01- maio, 2005.
- BORBA, Ângela Meyer. **O brincar como um modo de ser e estar no mundo**. In: Brasil MEC/ SEB. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade/ organização Jeanete Beauchamp, Sandra Denise pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento**. _ Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais**, Brasília: MEC/SEESP, 2000, vol. 6.
- BRASIL, **Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 2010. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade-0> >. Acesso em 24 abril. 2017
- KOVÁCS, **Maria Júlia**. **Deficiência adquirida e qualidade de vida - possibilidades de intervenção psicológica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- SASSAKI, Romeu Kasumi; **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997

ANEXOS



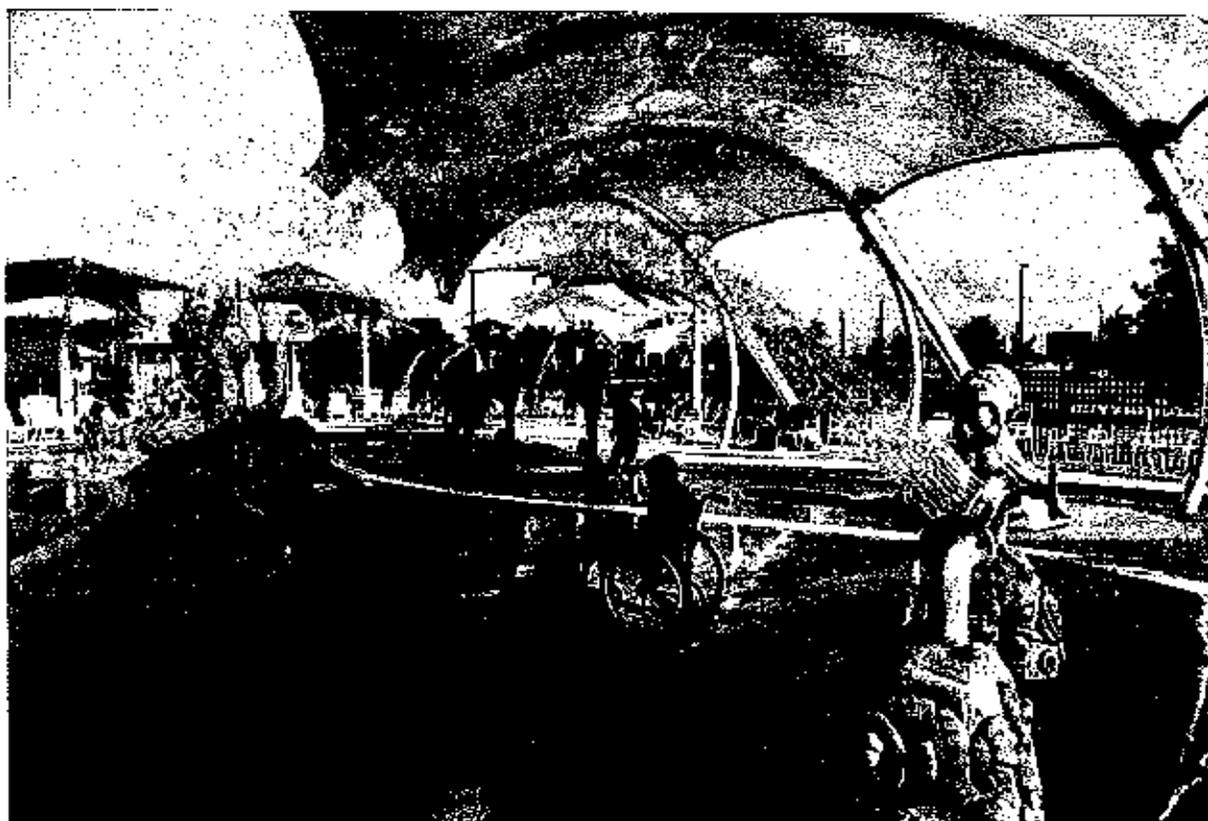
Anexo 1: Praça da Lagoa, no Maranhão, com brinquedos inclusivos.

Fonte: <http://www.ma.gov.br/em-iniciativa-pioneira-governo-e-prefeitura-entregam-praca-da-lagoa-com-brinquedos-adaptados-neste-sabado-25/>



Anexo 2: Balanço inclusivo na APAE de Campo Bom.

Fonte: Autor



Anexo 3: No Texas Texas, Morgan's Inspiration Island, parque aquático com acessibilidade para cadeirantes.

Fonte: <http://soutaoboa.com/parque-aquatico>